

Reflexões sobre a aposentadoria compulsória (ou seria “expulsória”?)

Autoria: Tatiana Aguiar Porfírio de Lima, Cléverson Vasconcelos da Nóbrega, Diogo Henrique Helal

Resumo

A aposentadoria é um tema controverso e ambíguo que, nos últimos anos, vem sendo palco de preocupação por parte do governo brasileiro e de interesse da Academia nacional e da estrangeira, em decorrência do envelhecimento da sociedade mundial. Sua chegada pode ser desejada com ansiedade, devido ao sentimento de reconhecimento e de dever cumprido e, simultaneamente, temida, devido às incertezas em relação ao futuro, à ruptura com o trabalho e ao receio do desprezo pela sociedade. O resgate dessa última impressão é trazido à tona para reflexões e debates, neste caso, para o ensino, apoiado pelo filme ‘Lugares Comuns’, cujo protagonista se depara com a aposentadoria compulsória, que é tomada de maneira unilateral pelo Estado, durante a crise política e econômica da Argentina dos anos 2000. As consequências desses acontecimentos são exploradas na película e levantam dilemas atuais como, por exemplo, se existe uma idade certa para parar de trabalhar e se a aposentadoria compulsória é um direito do trabalhador resguardado pelo Estado ou uma forma de expulsão do mercado de trabalho. Como recurso didático, o caso traz o aluno para o centro do processo de aprendizagem e revela como a falta de preparação para essa etapa da vida pode impactar para aqueles que, muitas vezes, já se encontram em idade avançada, com dificuldades de buscar um novo trabalho para complementar a renda familiar e viver dignamente.

Palavras-chave: Aposentadoria; Aposentadoria compulsória; Preparação para a aposentadoria.

1 Contexto do caso

O filme ‘Lugares Comuns’, do diretor Adolfo Aristarain, que é utilizado para ilustrar o caso para o ensino, tem como pano de fundo a Argentina do final da década de 1990 e início dos anos 2000, marcada pelos governos dos presidentes Carlos Menem (1989 – 1999), Fernando de la Rúa (1999 – 2001), Adolfo Rodríguez Saá (2001 – 2001) e Eduardo Duhalde (2002 – 2003), cujas épocas caracterizaram um Estado com grande instabilidade econômica e política.

O Plano de Conversibilidade, concebido pelo então ministro da economia de Menem, Domingo Cavallo, teve o objetivo de enfrentar a hiperinflação através da paridade do peso argentino em relação ao dólar e financiar a expansão econômica do país. Se, de um lado, obteve êxito nos primeiros anos de funcionamento, auxiliado pelos baixos juros praticados pelos Estados Unidos e o aumento dos investimentos estrangeiros no mundo, de outro, mostrou-se frágil devido à sua forte dependência externa, como as crises do México, em 1994, e da Ásia, em 1997, e a desvalorização da moeda brasileira em 1999. A Argentina passou a conviver com a fuga de capitais, investimentos pífios, aumento do desemprego, inflação persistente, negociações da dívida e aprofundamento de sua crise, o que culminou com o decreto de moratória da dívida pública aos credores no ano de 2001 (VALLE-FLOR, 2005).

É nesse contexto de medo, insegurança, desconfiança e falta de perspectiva da população com o Estado e o futuro do país que o filme se inicia e se desenvolve, fato que pode ser constatado através das falas iniciais do Professor Fernando Robles, protagonista da película: “– *Eu sei que existe a desordem, a decepção, a desarmonia. Existe um país nos destruindo, um mundo que nos expulsa, um assassino impreciso, que nos mata dia após dia, sem que o percebamos. Não tenho uma resposta, escrevo do caos, da mais completa escuridão*”.

Esse período de crise econômica da Argentina também pode ser comparado com o sentimento de impotência vivenciado por muitos brasileiros, no período de crise do capitalismo, e o crescimento do desemprego (ANTUNES, 2010), com destaque para os idosos, que, não raras vezes, aposentam-se sem desejar e sem grande perspectiva de vida, tanto pelo fato de não ter se preparado para se aposentar quanto pela falta de apoio dos familiares e do Estado (SUITOR *et. al*, 2011).

Logo no início do filme, nota-se que a intenção de se aposentar independe, exclusivamente, de aspectos individuais, por exemplo, os relacionados à saúde ou às circunstâncias financeiras. Além desses, incidem diversos fatores que podem estar inseridos em dimensões intermediárias (atitudes em relação ao emprego, apego à carreira, condições familiares etc.) e contextuais (condições e tendências econômicas, programas e políticas governamentais, normas sociais sobre aposentadoria etc.) (SZINOVACS, 2013; 2003; SILVERSTEIN; GIARRUSSO, 2011; WANG; SHULTZ, 2010). Assim, o Estado comporta-se como um importante agente externo capaz de determinar as condições pelas quais o trabalhador se aposenta, seja voluntária (e.g. estimulado por alterações na legislação) ou involuntariamente (e.g. obrigado a se aposentar pela restrição legal da idade) (MARSHALL; TAYLOR, 2005). Quanto a este último tipo de aposentadoria, não há escolha, o idoso se aposenta por imposição e, algumas vezes, sem a devida preparação.

Era assim que estava o Professor Fernando Robles, protagonista do filme, que foi obrigado a se aposentar por determinação do Estado, em virtude da crise instaurada na Argentina. Com a aposentadoria compulsória, sentiu, talvez, pela primeira vez, a chegada da velhice, numa sociedade que exclui, e o mundo do trabalho que expulsa. Como no filme, geralmente, em virtude de problemas financeiros e sociais, tenta-se retornar ao mercado de trabalho, todavia a reinserção, muitas vezes, pode não ser fácil. Afinal, não é raro encontrar aposentados que tiveram somente um único emprego ou desenvolveram a mesma atividade durante vários anos, sem conhecer outras experiências e desenvolver outras competências (FRANÇA; SOARES, 2009).

Impotente para reverter a situação, sem perspectiva de encontrar um novo trabalho e viver dignamente, assim como o protagonista do filme, muitos outros “Fernandos” não se preparam adequadamente para a chegada da aposentadoria, submetem-se a trabalhos precários ou são surpreendidos com a vinda de muitas mudanças na nova etapa da vida.

2 História do caso

Argentina, meados dos anos dois mil, em meio a uma crise política e econômica. Na biblioteca da universidade, o Professor Fernando Robles conversa com uma colega de trabalho sobre a licença de 15 dias que pretende tirar e o desejo de viajar para Madri:

- *Consegui uma licença de 15 dias com esses cursos de verão... já faz dois anos que não paro*, disse o Professor Fernando, já pensando na possibilidade de viajar. Repentinamente, é surpreendido por um funcionário da universidade que lhe entrega um comunicado sobre sua aposentadoria compulsória.

Figura 1: A carta de aposentadoria



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

O Professor Fernando lê o documento em silêncio, e sem acreditar no que estava vendo, levanta-se e vai à sala do Reitor da Universidade tomar satisfações. Mostra o documento e indaga: - *Você sabia disso?* O Reitor, sentado, diz: - *Não, não tenho nada com isso. É coisa do Ministério. O decreto começou a vigorar há menos de um mês. E se cortam as verbas, não há outro jeito ... é demitir ou obrigar as pessoas a se aposentarem. Má sorte a sua.*

Figura 2: A responsabilização



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

Fernando Robles se sente indignado, procura o amigo e advogado, Carlos, e sua namorada, em um bar, e apresenta a ele a carta de aposentadoria pedindo que tome alguma providência para reverter a situação para continuar trabalhando. Na ocasião, o advogado propôs a substituição do pedido de aposentadoria por um pedido de uma pensão por invalidez, pelas cirurgias cardíacas já realizadas. Durante a conversa, o amigo diz a Fernando sem pensar: - *Vá sentar em um banco da praça, e dar de comer aos pombos.* Fernando baixa a cabeça e responde: - *Acho que está mesmo na hora.*

Figura 3: Momento de reflexão



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

O amigo tenta dizer que aquilo era uma brincadeira, mas não convenceu o professor, porque a discriminação da aposentadoria também é internalizada pelo próprio indivíduo que a por associa à velhice e à incapacidade.

Outro dilema enfrentado por Fernando era sobre como contar a notícia da aposentadoria para a família. Ele foi para casa nervoso, inquieto e começou a beber. Lili, a esposa, percebeu e perguntou: - *Bebendo tudo isso? É muito.* Mas Fernando tenta justificar: - *É só gelo. Não me peça para arrumar minha mala, porque nisso sou um inútil. Em outras coisas também.*

Na sala de espera do aeroporto, Fernando dá a notícia a Lili sobre sua aposentadoria compulsória: - *Eu não queria que você soubesse disso até a nossa volta,* e ela responde: - *Mas é pior quando você está mal e não me diz nada. O que adianta?.* E Fernando continua: - *De repente, eles decidiram que eu não presto. Para a rua, para casa, para vegetar. Eles roubaram o meu futuro. Vá tranquilo que o próximo passo é morrer.*

O sentimento de inutilidade do professor, a falta de perspectiva com o futuro e a preocupação de ambos pela falta de informação sobre o valor do salário que receberá são os principais medos nesse momento. Ambos começam a refazer o planejamento das contas da casa e logo percebem que o salário de aposentado do professor não será suficiente. - *O supermercado, quanto é, 300?.* - *Sim, mais ou menos,* afirma a esposa. E Fernando continua: - *Colocarei a metade então. O carro, consertos, combustível. Nada. Andaremos de ônibus. Cinema, vídeos, livros. Que tal a metade, também?* Lili responde: - *Corte. Se sobrar, aí vamos ver. Não sei como, Lili.* Fernando responde: - *Nós ficaremos em casa, esquecemos o vinho, o café...deixamos o telefone para o mínimo... Não tem jeito, Lili, ainda assim não dá.*

Figura 4: O replanejamento da vida



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

Ao tentar um novo emprego, perceberam que tudo que podiam fazer era pensar e por isso ninguém lhes pagaria. Fernando reflete indignado: *Disseram que estávamos fora do mercado. Desatualizados, fora do sistema. Fora de tudo. Estávamos à margem. Excluídos, prescindíveis, descartáveis.*

Figura 5: A busca por outro emprego



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

Assim, Fernando decidiu vender o apartamento, sair de Buenos Aires e morar em uma chácara perto de Córdoba, onde pretendia se dedicar à fabricação de lavanda. Mas o plano de fabricação de lavanda também tem empecilhos, porque ele não conhecia muito do ramo, o que dificultava a obtenção de crédito no banco argentino. Assim, teve que pedir ao filho que fizesse um empréstimo via banco espanhol. As coisas não iam bem, e Fernando começou a sofrer de insônia. Chorava escondido, isolava-se nas montanhas. Então, acabou perdendo a noção da hora.

Figura 6: O isolamento



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

Ao voltar para casa, Lili diz: - *Você está louco? Onde estava?.* - *Dormi perto do arroio. Perdi a hora,* respondeu o professor, e Lili questionou: - *Onde você ia?.* - *Ia ver essa montanha, mas me cansei como um cachorro e não vi nada.* - *Entre, está todo molhado.*

Fernando se isola cada vez mais, continua a fumar e a beber, prejudicando cada vez mais sua saúde. Em visita a uma fazenda da região com o amigo Carlos, faz planos para produzir lavanda, porém se sente mal, no caminho de volta, e é internado em um hospital.

Figura 7: O fim



Fonte: Lugares Comuns, 2002.

O coração do professor já não estava tão resistente a tantos sofrimentos e decepções. Assim, dias depois da chegada do filho, ele faleceu.

3 Dilemas do caso

As dificuldades enfrentadas pelo Professor Fernando Robles podem ser mais comuns do que muitos imaginam. Embora o processo de envelhecimento e os mecanismos de enfrentamento variem de uma pessoa para outra, não muito raro, muitas delas, frequentemente, vivenciam experiências semelhantes e passam a conviver com um processo gradual de perdas, decorrentes de instabilidades emocional e social. Pelo que se percebe, tais perdas se tornam mais acentuadas quando o trabalho é considerado mais central na vida das pessoas, e o estilo de vida dos anos que antecedem a velhice é determinante (CANIZARES; JACOB FILHO, 2011).

Nesse sentido, um primeiro dilema que pode ser observado no filme e levantado para se discutir o caso para ensino refere-se a “como amenizar o sofrimento da chegada da aposentadoria para aqueles que têm o trabalho como elemento central em suas vidas?” A resposta para essa indagação passa, possivelmente, por uma reflexão prévia a ser empreendida que diz respeito a como se planejar adequadamente para a aposentadoria.

Partindo do entendimento dos autores de que a aposentadoria deve ser reconhecida como um processo, portanto, construída ao longo do tempo (BEEHR, 1986; SZINOVACS, 2013; 2003), em vez de uma mera experiência ou uma instituição, para que o indivíduo se adapte melhor, os comportamentos relativos ao planejamento da aposentadoria devem ser guiados em direção a determinados fatores de proteção, como investimento financeiro, apoio do cônjuge, cuidados com a saúde, mudanças no estilo de vida, com mais participação em atividades de lazer e de voluntariado, estreitamento de laços familiares, fortalecimento de redes sociais e aposentadoria voluntária e gradual (FRANÇA; SOARES, 2009).

Em relação a esta última, cabe destacar algumas bem sucedidas experiências ocorridas em faculdades norte-americanas, denominadas de esquemas de aposentadoria em etapas, que estabelecem uma redução na carga de trabalho ao longo de um período de três anos, antes de o docente deixar a instituição definitivamente (GEWIN, 2012).

Aqui cabe mais uma reflexão especialmente importante em sociedades onde a idade deixou de ser considerada como um empecilho para a aposentadoria. Afinal, existe uma idade certa para parar de trabalhar? Levando em conta os diversos fatores que contribuem para as particularidades vivenciadas por cada indivíduo ao longo dos anos até o momento da aposentadoria, seria uma inverdade afirmar a existência de uma idade única para todos os trabalhadores. O que existe, na verdade, são impeditivos legais e que, no caso do Brasil, estabelecem no serviço público a idade máxima de 70 anos, embora haja uma perspectiva de alteração para a compulsória ser aos 75 anos de idade, proposta já aprovada pelo Senado Federal.

Ressalte-se, contudo, que, mesmo se aposentando do serviço público ou privado, os idosos podem ter vontade ou necessidade de trabalhar, pois se aposentar, hoje, não significa, necessariamente, parar de trabalhar. Pode ser um processo de idas e vindas do trabalhador ao mercado de trabalho, de alternância de carreiras e de desenvolvimento de competências (WANG; OLSON; SHULTZ, 2013). E a decisão de retornar ao mercado de trabalho é influenciada por fatores de ordem individual (micro), familiar, organizacional (meso) e contextual (macro). Isso se justifica porque, atualmente, mesmo depois dos 70 anos, as pessoas idosas ainda se sentem aptas a trabalhar, devido aos avanços decorrentes da tecnologia e da saúde (SILVA, 2008), que oferecem muitas formas de melhorar a qualidade de sua vida. Ser idoso não restringe o desempenho de atividades laborais, mas a organização também precisa estar preparada, propiciar a acessibilidade deles, além de estimular o compartilhamento das experiências vivenciadas com outras gerações para melhorar o gerenciamento do conhecimento organizacional.

Por fim, um último dilema diz respeito ao fato de se considerar a aposentadoria compulsória como um direito do trabalhador resguardado pelo Estado ou uma forma de expulsá-lo do mercado de trabalho. A aposentadoria compulsória, apesar de ser um direito resguardado pelo Estado no serviço público, não deixa de ser uma forma de expulsão do mercado de trabalho e de possibilidade de rotatividade do pessoal, porque as vagas para novos servidores geralmente advêm de códigos de vagas de servidores que se aposentam, porque a legislação restringe o percentual permitido de despesas com pessoal conforme as esferas de poder (BRASIL, 2000).

A discussão sobre esses aspectos associados ao tema pode revelar importantes questões para serem debatidas em sala de aula, na perspectiva de conduzir o aluno ao centro do processo de aprendizagem, estimulando a reflexão, o senso crítico, outras possíveis soluções para os dilemas, além de meios para alcançá-los.

4 Resumo das notas de ensino

Esse caso é baseado no filme ‘Lugares Comuns’ e retrata a vida do Professor Fernando Robles, diante de sua aposentadoria compulsória. O caso tem como objetivo propiciar reflexões sobre a importância do planejamento para a aposentadoria, as dificuldades enfrentadas durante a transição e as implicações da determinação, de maneira unilateral, da aposentadoria compulsória pelo Estado. Já as notas de ensino são escritas para ser usadas como recurso didático pelo docente e têm como função nortear a aplicação do caso na condução da aula (ROESCH, 2007).

Para isso, sugere-se, inicialmente, que o docente assista ao filme indicado previamente, como forma de assimilar a história, anotar possíveis dúvidas e se familiarizar mais rapidamente com os dilemas apresentados. Tais procedimentos são considerados relevantes para as etapas subsequentes.

Palavras-chave: Aposentadoria; Aposentadoria compulsória; Preparação para a aposentadoria.

4.1 Público-alvo

O caso de ensino foi especialmente elaborado para alunos em nível de graduação e pós-graduação do Curso de Administração (geral) e Administração Pública, embora o tema também possa despertar interesses em outras áreas do conhecimento como, por exemplo, Sociologia, Psicologia e Direito, bem como cursos de preparação para a aposentadoria ou reorientação de carreira.

Apesar de o caso não ser real, mas uma adaptação a partir de cenas do filme ‘Lugares Comuns’, a semelhança com a realidade pode propiciar uma reflexão acerca dos sentimentos vivenciados com a aposentadoria quando o trabalhador não está preparado. No entanto, para o aproveitamento completo desse recurso didático, os alunos devem ter conhecimento teórico sobre aposentadoria, suas regras, as influências e as implicações positivas e negativas de tal decisão.

4.2 Orientações para aplicação do caso em sala de aula

O preparo do docente antes da aplicação do caso de ensino em sala de aula é crucial para o êxito da estratégia de ensino. Por isso, ele deverá, antes de fazer, no mínimo, três leituras do caso, anotar ideias, assistir ao filme para assimilar melhor a história e refletir acerca dos dilemas. Também poderá ler os textos referenciados para aprofundar o conhecimento sobre a temática. Contudo, antes de aplicar o caso em sala, deverá ministrar aulas que tratem do conceito de aposentadoria, das regras e dos fatores que influenciam a tomada de decisão e suas consequências individuais, familiares, organizacionais e sociais.

Após essa preparação inicial, o docente deve explicar aos alunos os procedimentos do uso do caso para ensino e os objetivos de aprendizagem. Nesse primeiro momento, deverá mostrar o que é, para que serve e como deve ser aplicado, estabelecendo as regras e firmando acordo de atividades a serem realizadas e prazos para a entrega das propostas. Deverá dividir a turma em grupos, aleatoriamente, e sugerir que cada grupo tenha, no máximo, cinco integrantes. Cada um deles deverá ter um crachá com seu primeiro nome visível, para favorecer a identificação e a organização da discussão do caso.

A seção de caso para ensino poderá ser dividida em três momentos: conhecimento, discussão e propostas. Na seção de conhecimento, cada aluno deverá ler o caso em casa e fazer as anotações das possíveis respostas das questões. Na seção de discussão, o caso é lido novamente pelos grupos, e cada um indicará um membro para ler um parágrafo da história do caso em voz alta. Após a leitura em sala, o docente fará a reflexão dos dilemas enfrentados no caso e instigará a participação dos discentes.

Já na seção de discussão, os grupos, individualmente, deverão comparar as propostas de seus membros para as questões do caso e apresentar uma proposta final a ser entregue e discutida com o grande grupo. Ressalta-se que não há uma única resposta correta para as questões, o importante é observar a capacidade argumentativa e lógica dos alunos, fundamentada com a teoria apresentada e as experiências compartilhadas por todos os participantes.

4.3 Objetivos de aprendizagem

- a) Compreender a complexidade do processo de aposentadoria;
- b) Caracterizar a aposentadoria como uma etapa marcante na vida do indivíduo;
- c) Situar a aposentadoria como um processo que ultrapassa a dimensão cronológica;

- d) Destacar as implicações da falta de planejamento para a transição para a aposentadoria;
- e) Desenvolver a capacidade argumentativa e de escrita dos alunos.

4.4 Questões

a) O que você compreende por aposentadoria?

A aposentadoria é um direito constitucional, que visa resguardar ao trabalhador um benefício social depois do cumprimento dos requisitos legais. No Brasil, a aposentadoria pode ser voluntária (a pedido), por invalidez, especial (trabalhar em locais expostos a substâncias nocivas à saúde) ou compulsória (com 70 anos, para servidores públicos).

Na iniciativa privada, o indivíduo deve cumprir o requisito de 30 ou 35 anos de contribuição, conforme o gênero, ou se tiver entre 60 ou 65 anos de acordo com o gênero, desde que tenha contribuído com o INSS por, no mínimo, 15 anos. De outra parte, o servidor público tem que cumprir dois requisitos para se aposentar: idade e tempo de contribuição, cuja idade mínima é de 48 anos, para as mulheres, e 53, para os homens, desde que tenham cumprido um tempo a mais de trabalho, também denominado de pedágio, considerando que o servidor tenha direito a ser enquadrado numa regra de transição de aposentadoria (PATROCINIO; GOHN, 2006), caso contrário, será submetido à regra geral, que é de 30 anos de contribuição e 55 anos de idade, para mulher, ou de 35 de contribuição e 60 de idade para homens (BRASIL, 1988).

b) Viver só para o trabalho e aproveitar o lazer depois? Ou viver pelo prazer sem se prender a questões como estabilidade e carreira?

O trabalho tende a ser alienante e centralizador, pois engaja a subjetividade do trabalhador (VIANA; MACHADO, 2011). Leccardi (2005) refere que há diferenças geracionais entre a vivência e a atribuição de significado ao trabalho. Para a autora, a geração passada compreendia o trabalho como meio para obter prazer futuro na aposentadoria (diferimento de recompensas), razão por que os que hoje se aposentam têm dificuldades de vivenciar a aposentadoria. Os jovens da geração atual, de outra parte, tendem a vivenciar o trabalho considerando questões de satisfação e de prazer. Muitas vezes, não se preocupam tanto com uma carreira sólida e estável. Portanto, possivelmente, os idosos dessa geração só vivem para o trabalho e deixam o lazer para quando estiverem aposentados. Caso isso não ocorra, em virtude de problemas financeiros ou físicos, possivelmente causará frustração e sofrimentos.

c) As pessoas devem começar a se planejar para a aposentadoria ao longo da vida ou quando estiver mais próximo do evento?

A aposentadoria é um processo decisório influenciado por vários fatores – individuais, familiares e sociais. Há situações que podem gerar efeitos atrativos ou repulsivos em relação à aposentadoria, por isso, é preciso pensar na aposentadoria ao longo da vida (FRANÇA, 2009), pois se a pessoa deixar para se preparar muito perto do evento acontecer, poderá ter dificuldades de se organizar financeira e emocionalmente. Isso porque a orientação, no momento que antecede a aposentadoria, pode propiciar o planejamento necessário acerca desse processo e envolve reflexões sobre aspectos psicológicos, familiares, sociais e de carreira (BITENCOURT *et al.*, 2011).

Geralmente, tal planejamento é realizado através de programas de preparação para a aposentadoria, que são elaborados pelas organizações. O indivíduo, contudo, deve se preparar para ela, considerando os diversos contextos que incidem em sua escolha sobre se deve se aposentar e quando (SZINOVACS, 2003).

Referências

- ANTUNES, R. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.
- BEEHR, T. The process of retirement: a review and recommendations for future investigations. **Personnel Psychology**, v. 39, p.31-55, 1986.
- BITENCOURT, B.; GALLON, S.; BATISTA, M.; PICCININ, V. Para além do tempo de emprego. **Revista de Ciências da Administração**, v.1, n.31, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Constituição (1988). **Lei complementar nº 101**, de 04 de janeiro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 de jan. 2000.
- CANIZARES, J. C. L; JACOB FILHO, W. Fatores de risco à senilidade na transição à aposentadoria. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 14, n. 3, p. 425-432, 2011.
- FRANÇA, L. H.; **Influências sociais nas atitudes dos 'Top' executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural**. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 13, n. 1, mar. 2009.
- FRANÇA, L. H.; SOARES, D. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, 2009.
- GEWIN, V. Sticking around: Academics who delay retirement could create roadblocks for early-career researchers. **Nature**, v. 483, p.233-235, 2012.
- LECCARDI, C. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, 2005.
- LUGARES comuns. Direção: Adolfo Aristarain. Produção: Adolfo Aristarain, Instituto Nacional de Cine Y Artes Audiovisuales (ICAA): Europa Filmes, 2002. 1 DVD (110 min), NTSC, color. Título original: Lugares comunes.
- MARSHALL, V.; TAYLOR, P. Restructuring the lifecourse: work and retirement. In: JOHNSON, M. L. (ed.). **The Cambridge Handbook of Age and Ageing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- PATROCÍNIO, W. P.; GOHN, M. G. M. Reinserção de idosos no mundo da vida e no mundo do trabalho: algumas possibilidades. In: Gusmão, N.; Von Simson, O. (Orgs.). **Velhice e diferenças na vida contemporânea**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2006.
- ROESCH, S. M. A. Notas sobre a construção de casos para ensino. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 213-234, 2007.
- SILVA, L. Da velhice à terceira idade. **História Ciências Saúde - Manguinhos**, v.15, n.1, 2008.
- SUITOR, J. J.; SECHRIST, J.; GILLIGAN, M.; PILLEMER, K. Intergenerational relations in later-life families. In: SETTERSTEN JR. R. A.; ANGEL, J. L. (eds.). **Handbook of Sociology of Aging**. New York: Springer, 2011, p. 161-178.
- VIANA, E.; MACHADO, M. Sentido do trabalho no discurso dos trabalhadores de uma ONG em Belo Horizonte. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, 2011.

- SILVERSTEIN, M.; GIARRUSSO, R. Aging individuals, families, and societies: micro-meso-macro linkages in the life course. In: SETTERSTEN JR. R. A.; ANGEL, J. L. (eds.) **Handbook of Sociology of Aging**. New York: Springer, 2011, p. 35-50.
- SZINOVACS, M. A multilevel perspective for retirement research. In: WANG, M. (Ed.). **The Oxford Handbook of Retirement**. New York: Oxford Library of Psychology, 2013.
- SZINOVACS, M. Contexts and pathways: Retirement as institution, process and experience. In: ADAMS, G.; BEEHR, T. (Eds.). **Retirement: reasons, processes, and results**. New York: Springer, 2003.
- VALLE-FLOR, M. A. A crise argentina, cooperação e conflito nas reformas económicas: o governo perante o FMI. **Colecção Estudos de Desenvolvimento n°8**. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Económicas) da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2005.
- WANG, M.; OLSON, D. A; SHUTZ, K.S. **Mid and late career issues: an integrative perspective**. NY: Routledge, 2013.
- WANG, M.; SCHULTZ, K. Employee retirement: A review and recommendations for future investigation. **Journal of Management**, v.36, p.172–206, 2010.